

Schultz, Kirsten (2023). *From conquest to colony: Empire, Wealth, and Difference in Eighteenth-century Brazil*. New Haven and London: Yale University Press, 335 p., ISBN 978-0-300-25140-1

Kirsten Schultz tem devotado atenção historiográfica às influências assumidas por ideários particulares na definição de uma parte relevante do império português. Interessada pelo estudo da América Latina e da presença ibérica no eixo atlântico durante a época moderna, a atual professora da Seton Hall University (E.U.A.) fez publicar em 2023 uma obra que, numa gíria literária e cinematográfica de inspiração inglesa, poderá ser considerada como prequela de um trabalho levado a público há mais de vinte anos.

De facto, se em *Tropical Versailles* (2001) a autora se empenhou em aquilatar o modo como a transferência da corte portuguesa para o Brasil, no início do século XIX, moldou concepções de autoridade monárquica e imperial, em *From conquest to colony* o foco foi transferido para um momento histórico anterior e para a análise de como discussões em torno dos conceitos de «governo», «incorporação», «diferença» e «riqueza» na metrópole e no Brasil setecentistas permitiram reinterpretar o estatuto da América Portuguesa na monarquia pluricontinental que integrava.

Tendo como pano de fundo as descobertas de ouro em Minas Gerais na transição do século XVII para o XVIII, Schultz elaborou uma reflexão densa e fundamentada num vasto conjunto de fontes, ao qual se arrimou no decurso da obra (por vezes em detrimento de uma descrição narrativa mais apelativa), que é bem-sucedida na forma como destrinça os matizes decorrentes da exploração aurífera no pensamento de oficiais e vassalos régios em ambas as margens do Atlântico. Com isso, a historiadora conseguiu demonstrar que, gradualmente, as preocupações emergentes deram lugar a inflexões teóricas que contribuiriam para definir e efetivar políticas tendentes ao reenquadramento enquanto colónia desse «sujeito político-cultural

dinâmico forjado em processos transcontinentais de conquista, povoamento, intercâmbio e representação» (p. 20) que era o Brasil coevo.

A obra em apreço divide-se em cinco capítulos. No primeiro, foi concebido um sumário crítico de tendências intelectuais, germinadas na Academia Real da História Portuguesa (Lisboa) e na Academia Brasílica dos Esquecidos (Salvador), que encontraram no estudo do território e populações americanas um importante suporte para interpretações de soberania extraeuropeia a braços com as potencialidades mineiras da região, a diminuição da preeminência asiática e concorrências mercantis generalizadas.

No segundo capítulo, o leitor depara-se com as várias etapas de implementação de um modelo fiscal que procurou responder à necessidade de regulação dos fluxos auríferos. Centrais nesta secção da obra são as figuras do secretário régio Alexandre de Gusmão e do comissário Martinho de Mendonça, responsáveis, respetivamente, pela idealização de reformas de coleção tributária e pela sua aplicação no terreno. No tocante a este último processo, as resistências levantadas deram folgo a reivindicações da parte de representantes políticos pela afirmação da autoridade real sobre estruturas locais de poder, as quais, como Schultz (2015) já demonstrara no artigo «Learning to obey», o próprio Mendonça vinha dando corpo na sua produção literária.

O terceiro capítulo continua na senda da reforma fiscal de Gusmão, desta vez incidindo sobre a sua relação com a escravatura negra e fenómenos derivados. Por esse motivo, pontuam reflexões sobre como os oficiais régios articularam o exercício fiscal à tessitura social mineira e como, derradeiramente, defenderam mutações nas hierarquias preestabelecidas a favor da sobrevivência económica do império. Neste particular, deve-se, contudo, assinalar que o potencial de resistência associado a um exemplo de tentativa de maior controlo sobre a cobrança do imposto da capitação, as visitas aos proprietários de pessoas escravizadas, não mereceu da parte de Schultz um tratamento aprofundado, contrastando com a sua inclinação para evidenciar tais manifestações na realidade histórica indagada.

O quarto capítulo traz à liça questões de riqueza e consumo na sociedade colonial brasileira enquanto elementos definidores de uma «diferença americana» que viria a ser capitalizada pelo poder político na apologia da subordinação comercial do território face à metrópole. Schultz partiu, assim, da perscrutação das respostas à imposição de leis sumptuárias no Brasil, no século XVIII, reclamadoras de uma adequação à idiossincrática realidade local, marcada pelo fenómeno da escravatura africana, para ponderar, em seguida, mudanças de rumo no pensamento mercantil português detetadas em Sebastião José de Carvalho e Melo e em António Ribeiro Sanches. Estas últimas tendentes à cristalização do estatuto de Portugal enquanto «centro

de poder político e económico» (p. 156), que se serviria das discontinuidades atlânticas para a própria sobrevivência do mosaico imperial.

Por derradeiro, o quinto capítulo tem como conceitos-chave a população e o trabalho. Nele, Kirsten Schultz expôs um quadro cumulativo de políticas de povoamento do território brasileiro (substanciadas no fenómeno das migrações) e de mudanças nos estatutos sociais e laborais das comunidades indígenas e da população africana escravizada, útil em aclarar o reforço de uma organização do império preocupada em potenciar a utilidade económica da sua porção americana.

Em suma, este é um trabalho que consegue facilmente apelar aos interessados pelo passado colonial do Brasil. Para mais, quando Schultz conseguiu não apenas deslindar as contribuições intelectuais de alguns dos protagonistas históricos da sua narrativa, num exercício similar ao de anteriores pesquisas a respeito da produção literária e jornalística de figuras como José Freire Monterroio Mascarenhas e Hipólito José da Costa (Schultz 2018, 2022), mas também apresentar a sua obra como alternativa a reflexões de pendor institucional em torno da mesma temática. Consequentemente, o que se manifesta diante dos leitores é, na verdade, uma iniludível expressão do potencial da história das ideias na conciliação dos planos social, económico e político na investigação científica.

Bibliografia

- Schultz, Kirsten (2001). *Tropical Versailles: Empire, Monarchy, and the Portuguese Royal Court in Rio de Janeiro, 1808-1821*. New York, London: Routledge.
- « — » (2015). "Learning to obey: education, authority, and governance in the early eighteenth-century Portuguese Empire", *Atlantic Studies*, 1-22, <http://dx.doi.org/10.1080/14788810.2015.1079965>.
- « — » (2018). "News of the Conquests: Narrating the Eighteenth-century Portuguese Empire", *Hispanic Review*, 86, 3, 329-351.
- « — » (2022). "News of Constitutions: Luso-Atlantic Politics in the 1810s and 1820s", *Revista de História das Ideias*, 40, 13-32, https://doi.org/10.14195/2183-8925_40_1.

GUILHERME MIGUEL MENDES DE SOUSA
Universidade de Coimbra
guisousa160@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-9408-1427>

